

A ação da sociedade civil na internet: as possibilidades de luta contra a violência

Luiz Felipe Ferreira Stevanim*

Índice

1 Apresentação: o cenário de insegurança	1
2 O conceito de sociedade civil como reação à violência	2
3 Uma abordagem da rede: a ação solidária é possível?	3
4 Análise das experiências: Viva Rio e Comissão Teotônio Vilela	5
5 Conclusão	6
6 Referências Bibliográficas	7

Resumo

A violência urbana atingiu o ponto de calamidade pública. Diante dessa constatação assustadora, propõe-se pensar a atuação de organizações da sociedade civil na internet

*Graduando da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC). Desenvolve estudos na área de política, jornalismo e construção de identidades. Vencedor do Prêmio Vera Giangrande 2006 da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Orientado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal. Endereço eletrônico: lfstevanim@yahoo.com.br
Este artigo foi apresentado no IV Encontro Regional de Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

para a difusão de valores democráticos e a realização de ações concretas de justiça social. A base desse trabalho é o conceito de sociedade civil do pensador italiano Antonio Gramsci. Ações dessa natureza tentam compensar a ausência do Estado neoliberal e transformar o estarem diante da violência em ponto de partida para mobilização social.

1 Apresentação: o cenário de insegurança

A violência urbana no Brasil tornou-se um fenômeno endêmico a partir da herança de altíssimo custo social do período militar. Nos anos 80, a surpresa dos primeiros seqüestros relâmpagos, os assaltos à mão armada nos bairros de classe média e o crescimento do tráfico de drogas indicavam um estado de perplexidade que tomaria a opinião pública nos vinte anos seguintes. O Estado de Direito, falido economicamente com a recessão dos anos 80, teria de enfrentar o colapso da ordem social: populações marginalizadas necessitavam de emprego e condições decentes de saúde, moradia, educação e lazer.

Nos anos seguintes, a violência se intensificou. Maior se tornou a distância entre

os direitos constitucionais e a realidade vivenciada pelas populações. O atual quadro de insegurança pública não recebe do Estado a atenção necessária diante da complexidade do problema. Mais do que ineficiência e despreparo dos quadros para lidar com o crime em seu imediatismo, o que se questiona aqui é a omissão do Estado na construção prolongada de justiça social para uma sociedade partida.

As ações de responsabilidade pública têm sido transferidas para o campo de debate e realização da sociedade civil organizada. Dentre as várias frentes de luta, a internet surgiu como uma das mais eficazes em termos de divulgação de propósitos e mobilização de recursos.

Dois casos merecem a atenção por realizarem ações distintas em torno do mesmo tema: a ONG Viva Rio, criada em 1993, que trabalha com campanhas de paz e projetos sociais no Rio de Janeiro; e a Comissão Teotônio Vilela, com atuação maior em São Paulo, que luta pela consolidação do Estado de Direito desde 1983.

Ambos os movimentos surgiram ligados diretamente a um território e a uma causa específicos. O exercício proposto com este trabalho é a reflexão sobre as possibilidades de utilização da internet por essas duas entidades da sociedade civil, como parte de um movimento maior de lutas sociais.

2 O conceito de sociedade civil como reação à violência

Até a história recente do Brasil, a violência era uma prática perpetrada por agentes do Estado sobre segmentos da população considerados como ameaça. Durante

o regime autoritário pós-64, tortura e abusos foram cometidos contra presos políticos, desrespeitando à exaustão os direitos humanos. No contexto de redemocratização, verificou-se uma modificação na natureza da violência: de política, ela passou a ser social, atingindo principalmente as classes desprivilegiadas (MÉNDEZ; O'DONNELL; PINHEIRO, 2000).

Em 1988, o país aprovou uma Constituição reconhecida como um avanço democrático, depois de 21 anos de regime autoritário. Porém, as leis no Brasil sempre tiveram um estigma negativo – o que é confirmado pelo desprezo que o senso comum devota aos mecanismos legais, em geral encarados mais como entraves para a vida cotidiana do que instrumentos de justiça e cidadania.

A própria polícia desacredita das leis em favor de métodos não-oficiais, embasados por uma “ética militar”, que encara o criminoso como inimigo de guerra (MÉNDEZ; O'DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.98). Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida argumentam que “o regime ditatorial promoveu a militarização da segurança pública sob o controle do Exército” (2003, p.32). O fim da ditadura não significou o fim dos abusos autoritários de poder. A polícia, concebida universalmente como instrumento de justiça, ignora as leis às quais está submetida.

O quadro atual de um Estado falido e despreparado para lidar com a questão da violência pode ser inserido no contexto internacional de vitória do projeto neoliberal de política. A vida pública, da qual se ausentou o Estado, passa a ser gerida por interesses econômicos de mercado. Na expressão de Raquel Paiva, o que se vê é “um Estado omissivo, principalmente no que tange à medi-

ação social” (2003, p.59). Ainda na análise dessa autora, a deficiência das instâncias públicas de saúde, educação e segurança representa um processo de enxugamento dos gastos públicos, além do declínio do conceito de solidariedade.

Paralelo ao avanço de práticas desumanas no mercado e no poder, tem havido uma série de iniciativas de resistência e mobilização social. Dentre as saídas possíveis, está a articulação entre sociedade civil e poder público, através de pressões que este sofre daquela. Mas é do bojo da própria sociedade não-política que parte um grande conjunto de ações, articuladas ou não, que dão à opinião pública e às exigências dos grupos humanos um poder nunca antes visto.

A essa situação pode ser aplicada o pensamento do italiano Antonio Gramsci, em sua distinção básica entre *sociedade civil* e *sociedade política*. O que em Marx recebe o nome de *superestrutura*, ou seja, o conjunto cultural-ideológico, Gramsci reconhece como constituído por duas instâncias:

(...) o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isso é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (...)

(GRAMSCI, 1991, p.10-11)

Se em Marx o determinante é o conjunto de relações econômicas, Gramsci crê na autonomia da sociedade civil, esse espaço de ação de sujeitos privados, cuja principal característica são as idéias que produzem e a cultura a que pertencem. Como afirma

Jorge Correa Sutil, no atual contexto, os processos de decisão passaram para os mercados, em prejuízo dos pobres (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.295). A revitalização da sociedade civil e de valores livres de interesses econômicos pode significar uma reversão desse processo. Para Gramsci,

“o momento *ético-político*, enquanto momento da *liberdade* entendida como consciência da *necessidade* (isto é, das condições materiais), domina o momento *econômico*, através do reconhecimento que permite transformar as *condições materiais* em instrumento de ação e, portanto, alcançar o *objetivo desejado*.”

(BOBBIO, 1982, p.39)

Diante da atual crise social, o objetivo desejado de que fala Gramsci deve ser a promoção de justiça, paz e cidadania. É o que tem feito organizações da sociedade civil, em associações como as ONGs, seja pressionando o poder público ou tomando iniciativas próprias. De acordo com essa concepção, valores como liberdade, igualdade e justiça valem mais que os interesses individuais de lucro. Cabe-nos pensar os instrumentos que passam ou podem passar a ser utilizados nessa luta.

3 Uma abordagem da rede: a ação solidária é possível?

A internet se converteu rapidamente em fonte de lucro para as grandes corporações. Dênis de Moraes (2001, p.29) aponta o caráter multimidiático da web como atrativo para as grandes corporações, de ramos como

informática (Microsoft, Oracle, Intel), telecomunicações (Telefónica de Espanha, Telecom Itália, AT&T) e da mídia (Globo, AOL-Time Warner, Grupo Folha). Na atual configuração da internet, os interesses econômicos de megagrupos privados predominam como diretriz de ação e objetivo de expansão.

O que distingue a web de outros meios, então? Por mais que pensadores otimistas da rede, do qual Pierre Lévy é o expoente mais citado, apontem a configuração planetária de uma nova realidade, a população em geral tem sentido os efeitos da internet de modo mais lento. A exclusão digital está relacionada à exclusão social, como analisou Bruno Fuser (2006) em pesquisa com o projeto Ómia na Espanha. No Brasil, segundo dados de 2005 do Comitê Gestor de Internet, a proporção de domicílios brasileiros que possuem computador de mesa é de 16,57%. Nessa mesma pesquisa, 68% dos brasileiros nunca navegaram pela rede.

A internet possui características que, se encaradas diante da utilização predominante do meio, levam-nos a pensar a princípio que houve um desvio de suas possibilidades. A facilidade de armazenamento, duplicação e divulgação de informação; a bidirecionalidade; a emissão multiponto-multiponto e a dimensão planetária da comunicação são algumas das características definidas pelo suporte tecnológico (SILVA, p.158). Mas a principal delas é a liberdade de expressão, que dificulta mecanismos de controle e facilita a participação de todos.

O que a rede potencializa é o que Raquel Paiva (2003) chama de *Espírito Comum*, a revitalização do espírito solidário, através de espaços públicos de discussão. A autora, que pesquisa a teoria e a prática da mídia comu-

nitária, parte do conceito de *Gemeinschaft*¹ do sociólogo alemão Tönnies. Embora esse autor a princípio relacione a definição de comunidade à idéia de compartilhamento do espaço físico, é notável o sentimento recíproco de partilha ou consenso (apud PAIVA, 2003, p.96).

A ética solidária, até então um ideal da intelectualidade, ganha urgência num momento em que setores de ordem pública, como saúde, educação e segurança, foram abandonados pelo Estado neoliberal. Como potencial, a web dispõe de características para a ativação desse processo, como a horizontalidade do discurso e a atuação direta dos sujeitos.

“Define-se *solidariedade* não como uma disposição filosófica humanística, mas como estratégia de ação, com uma preocupação bastante prática, além de política, destinada a romper o isolacionismo instalado. Propõe-se o entendimento da solidariedade como atuação política e expressão da cidadania.”

(PAIVA, 2003, p.117)

Na internet, a utilização solidária ainda é limitada. Segundo a mesma pesquisa do Comitê Gestor de Internet, apenas 2,20% do uso da web é destinado a propósitos voluntários

¹ Em alemão, o termo significa comunidade. A obra de Ferdinand Tönnies tem como título original *Gemeinschaft und Gesellschaft* (“Comunidade e Sociedade”) e foi lançada em 1887. A distinção básica entre essas duas formas de organização humana é a inserção do indivíduo. “Basicamente, se na sociedade o que prevalece é a vontade individual, com seus membros fortemente individualizados, na comunidade, ainda de acordo com Tönnies, é a vontade comum e o interesse coletivo que predominam.” (PAIVA, 2003, p.70)

ou comunitários. O predomínio do uso privado para lazer não justifica que interesses econômicos se apoplem dessa mídia em prejuízo da sociedade civil.

No caso específico da luta contra a violência, a movimentação da sociedade civil cresceu na fase final da ditadura militar. As primeiras organizações não-governamentais tinham como propósito o resguardo da integridade física e moral de presos políticos do período. Almeida e Pinheiro reconhecem o aparecimento de uma “rede dinâmica de movimentos sociais” (2003, p.31) no país.

As ONGs que trabalhavam o tema cresceram em tamanho, quantidade e métodos de atuação. Uma das principais frentes de trabalho passou a acontecer na internet, embora encontrasse algumas limitações, como desconhecimento técnico dos integrantes e restrição social da mídia. Ainda assim, tem se buscado o ideal de participação cidadã e discussão pública.

4 Análise das experiências: Viva Rio e Comissão Teotônio Vilela

Foram estudados dois projetos da sociedade civil: a ONG Viva Rio e a Comissão Teotônio Vilela (CTV). A escolha se justifica pela presença de ambas na internet com propósitos e práticas distintos.

A ONG Viva Rio foi criada em dezembro de 1993, como reação da população carioca à chacina de oito crianças na Igreja da Candelária e de 21 pessoas em Vigário Geral. O objetivo central é a promoção da paz, porém os trabalhos envolvem áreas diversas como direitos humanos, desenvolvimento comunitário, educação, esportes e meio ambiente. Um dos seus principais projetos é o Portal

de Internet Viva Favela, criado em 2001 para promover a inclusão digital entre os moradores das favelas. O portal divulga notícias produzidas por jovens das comunidades pobres com a coordenação de jornalistas profissionais.

Através do site da ONG (www.vivario.org.br), é possível conhecer a história da entidade e seus principais coordenadores, visualizar o estatuto de fundação, conhecer as formas de doação e se cadastrar como voluntário na Rede Solidária. A página pode ser acessada em português, inglês e espanhol.

O resgate da imagem do Rio de Janeiro está entre os propósitos da ONG que têm chances de serem alcançados com a internet, segundo o coordenador de comunicação do Viva Rio e do portal Viva Favela, Tião Santos. “A cidade não é e não deve ser uma cidade partida. A idéia é colocar a expressão das comunidades para além dos muros que a sociedade impõe.”²

A inclusão digital e a valorização da comunicação comunitária integram as ações de combate à violência. O cotidiano das comunidades é retratado nas matérias dos jovens das próprias comunidades:

“O Portal Viva Favela se tornou uma referência até para as grandes mídias como fonte de informação. A sociedade utiliza esse portal como meio para conhecer a realidade dos morros e favelas do estado do Rio de Janeiro.”³

A ONG concebe a rede como instrumento de ativação social: “a internet não é para

² Tião Santos, em entrevista por telefone, no dia 21 de setembro de 2006.

*nós um veículo de comunicação, mas veículo de interação.”*³

Já a Comissão Teotônio Vilela surgiu em 1983, no contexto da redemocratização, através da observação de que práticas autoritárias persistiam por parte de agentes do Estado, como nos casos do Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, em São Paulo. A ONG está ligada ao Núcleo de Estudos da Violência da USP e sua atividade prioriza o suporte jurídico a casos de violação dos direitos humanos por agentes estatais e grupos de extermínio. Como entidade da sociedade civil, o significado de seu trabalho está “*em apontar alternativas e possíveis saídas para modelos que tendem a ser hegemônicos típicos da globalização.*”³

Em seu site (www.ctvdh.org), a CTV ativa o debate público e a discussão de temas ligados à construção da cidadania, como através de artigos de representantes das mais diversas entidades e da própria CTV. O site não tem uma interface amigável (jargão dos desenvolvedores de páginas web), o que caracteriza a utilização da rede pela ONG apenas como divulgação junto à sociedade. Uma postura diferente do Viva Rio, que desenvolve a ação social na própria web.

“Acredito que a Internet seja mais um espaço de interlocução, divulgação e articulação para as ONGs. Para o nosso trabalho contribui porque as pessoas conhecem nossa atuação, aquelas que se interessam pela temática da entidade entram em contato e ampliam nossa rede,

³ Entrevista com Maria Gorete Marques de Jesus, cientista social e secretária executiva da Comissão Teotônio Vilela, por e-mail, no dia 21 de setembro de 2006.

enfim, é o nosso canal de comunicação.”

(Maria Gorete Marques de Jesus)

A articulação na rede de fato acontece, pois a CTV integra a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong). Como afirma Dênis de Moraes, “as redes de ONGs exercem função estratégica como plataformas de comunicação” (2001, p.143). No caso da CTV, que é uma entidade ligada a um núcleo de pesquisa, esse trabalho é significativo por representar a superação do papel do intelectual defendida por Gramsci: de “comissários do grupo dominante” (1991, p.11) a transformadores sociais contra-hegemônicos.

5 Conclusão

A insegurança pública tem assombrado a sociedade brasileira nas últimas décadas. Tornou-se tema importante nos debates públicos e nos programas de campanha dos políticos. Mas as soluções mais concretas contra o problema têm sido tomadas por organizações da sociedade civil, conforme a concepção teórica gramsciana.

Nessa luta, a internet representa ferramenta dinamizadora, embora nem todas as possibilidades tenham sido exploradas. Pode-se distinguir duas etapas de atuação: primeiro, a realização de debates públicos na busca teórica de soluções; e num estágio mais avançado, a ação política através da rede, para mobilizar a sociedade em torno da melhoria da qualidade de vida de populações em risco social. A violência é relacionada a problemas como sistema escolar precário e saneamento básico ausente, e sistemas de governo neoliberais ou não-Estados de Direitos são apontados como principais responsáveis.

Dentro do quadro de movimentos sociais que se revitalizaram nas últimas décadas, em oposição ao avanço do neoliberalismo, a atuação contra a violência urbana cumpre o papel de denunciar mais concretamente os efeitos colaterais de um sistema socioeconômico que privilegia os interesses de poucos.

6 Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FUSER, Bruno. “Ômia: a comunidade social dos telecentros da Catalunha.” In: Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: Intercom, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MÉNDEZ, Juan; O’DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, Violência e Injustiça: O Não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

MORAES, Dênis. *O concreto e o virtual: Mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003.

SILVA, Lúcia Oliveira. “A Internet – A Geração de um Novo Espaço Antropológico”. In: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos (org). *Janelas do Ciberespaço: Comunicação e Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

Sites consultados

Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais:
www.abong.org.br

ONG Viva Rio: www.vivario.org.br

Comitê Gestor da Internet Brasil:
www.cg.org.br

Comissão Teotônio Vilela: www.ctvdh.org